

A MULHER ESCRAVA NO MARANHÃO OITOCENTISTA: breve análise sobre a maternidade escrava

FRANCINETE PONCADILHA PEREIRA¹

ELIZABETH SOUSA ABRANTES²

Em sua tentativa de coisificação do escravo, o sistema escravista brasileiro nem sempre levou em consideração as diferenças de gênero ou idade dos cativos. No tocante a mulher escrava, a exploração do seu trabalho no aspecto físico e mental precisa ser melhor avaliada, haja vista que havia atividades que eram de predomínio exclusivo das mulheres escravas, como os de mucama e ama de leite. Gilberto Freyre (2002), no clássico “Casa grande e Senzala” aponta para alguns possíveis privilégios que os escravos domésticos tinham diante dos seus senhores, onde a escrava, na figura da mucama e ama de leite, poderia se beneficiar.

Os escravos eram tidos como uma propriedade jurídica legal e como tal podiam ser comprados, vendidos, alugados ou doados, se assim fosse determinado pelos seus senhores. Por isso, em sua maioria, pouco se levava em conta as organizações familiares dos diversos grupos étnicos dos escravos que eram traficados da África para o Brasil.

De fato, o comércio de escravos foi determinante para separar os membros da família escrava, no qual os senhores movidos por essa lógica econômica não hesitavam em separar nem mesmo as mães de seus filhos. A historiografia tem mostrado um novo olhar sobre essa pretensa passividade dos escravos diante dessa situação de separação dos parentes imposta pela escravidão que, unida aos maus tratos e condições subumanas, promovia revoltas e fugas constantes.

O historiador Josenildo de Jesus Pereira (2001) analisa justamente esta perspectiva de interpretação da condição social do escravo, que não pode ser vista nem como vítima ou tão somente rebelde, mas sim verificar como os escravos promoviam suas próprias

¹ Estudante de graduação em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão. Bolsista de Iniciação Científica financiada pela FAPEMA.

² Professora do Departamento de História e Geografia, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Doutora em história Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

táticas e estratégias para sobreviver. Desse modo, os escravos buscavam alguma autonomia e liberdade boicotando as tarefas exploratórias por meio da embriaguez para fugir do trabalho, furtos, suicídios, prestação de maus serviços aos seus senhores, fugas e rebeliões, assim como formação de quilombos.

Sobre a mulher escrava em particular, Pereira (2001: 186) destaca as formas de resistência, fazendo com que algumas mulheres escravas cometessem atitudes extremas como suicídio motivado pelo o amor materno, já que não aceitavam ficar separadas dos filhos. Maria Lucia Mott (1991) aponta como táticas de resistência das cativas além do suicídio, o aborto e infanticídio, tanto como forma de lesar o seu senhor como também livrar-se do horror da escravidão, impedindo que seus filhos passassem pelo mesmo sofrimento.

Estas ações trágicas ocorriam quase sempre depois de fugas frustradas onde os castigos esperados e em alguns casos até a morte. Aliado ao desespero diante dos maus tratos, muitos escravos africanos acreditavam que após a morte, além da liberdade do cativeiro, fim poderiam retornar para sua terra de origem.

O romance “Úrsula”, da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis (1991), escrito em meados do século XIX, retrata esse forte sentimento materno expresso na história da velha preta Suzana, ao lembrar com nostalgia os tempos em que era livre e feliz na África vivendo junto da filha e do marido. O texto da autora enfatiza a amargura com a perda da liberdade a dor da separação e lembrança eterna da filha.

Ah! Meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: uma filha que era a minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa santa união. E esse pais de minhas afeições, e esse esposo querido, essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo até a própria liberdade! (REIS, 1991: 82).

O discurso burguês sobre a maternidade no século XIX ressaltava que a mulher alcançava seu fim maior quando se tornava mãe. Dentro da sociedade abastada, as mulheres da elite ficavam restritas ao ambiente doméstico, criadas para serem submissas à vontade paterna e do marido, tolerando seus defeitos e mandos. O casamento era pautado nos preceitos cristãos da fé católica e seguia o modelo de esposa e mãe da família burguesa “A mulher

deveria ser a “rainha do lar”, a mãe dedicada ao marido e à criação dos filhos, peça fundamental na relação familiar” (JACINTO, 2008: 40).

A instituição familiar dos sujeitos escravizados não tinha um caráter definido e padronizado, pois ela nem sempre era composta apenas de escravos, havendo integrantes libertos entre esses grupos familiares (JACINTO, 2008). Ademais, a organização da forma nuclear burguesa de pai, mãe e filhos, consagrada com benção da igreja, não era muito comum nas famílias cativas. No geral, eram decorrentes de enlances consensuais entre os indivíduos escravizados se delimitando as mães e sua prole junto de compadrios e parentes próximos como as avós.

Por conseguinte, a relevância da mulher escrava na constituição do grupo familiar tinha um peso grande, pois eram elas que iram transmitir os valores e aspectos culturais das suas nações africanas de origem para seus descendentes. Mesmo porque o papel do homem como agente permanente na vida dos filhos se dava de forma rara. Jacinto (2008: 122) aponta que o homem escravo por causa do seu valor econômico estava mais sujeito a venda do que as mulheres.

As mulheres cativas ou livres pobres no seu cotidiano de cativo exerciam várias atividades como lavadeiras, cozinheiras, tabuleiras,³ ama-de-leite e mucama. Dessa forma, não se enquadravam no modelo burguês “restrito ao lar” de mulher de família difundido na época, todavia, as mesmas tiveram atuação intensa na dinâmica da cidade. Além da realização dessas atividades no caso das mulheres escravas havia o agravante delas serem duplamente explorada. “A ordem escravocrata comercializava o sexo dos escravos e também o seu leite materno” (GORENDER, 1992: 487).

A maternidade escrava era sofrida, já que após o nascimento de suas crias⁴ era explorada sua atividade como ama de leite ocasionando geralmente o afastamento de seus filhos. Entretanto, Jacinto (2008, p. 128) destaca que as mesmas faziam de tudo para manterem suas crianças junto de si, denunciando os castigos excessivos, sistematizando fugas para permanecerem juntos e trabalhando nas ruas de forma a garantir sua liberdade e seus entes queridos.

³ Mulheres cativas ou libertas que vendiam gêneros alimentícios em tabuleiros pelas ruas.

⁴ Termo utilizado para designar os filhos dos escravos

O sentimento de afeto levava estas mulheres cativas a se submeterem muitas vezes ao cativo por causa dos filhos, mas havia casos inversos em que as crianças nasciam livres, no entanto, as mães eram cativas. A Lei do Ventre Livre de 1871 demonstra essa contradição, pois essas crianças, conforme a lei, deveriam ficar junto à mãe até completar idade de 8 anos, sujeitando estes pequenos seres também ao cativo.

Com relação ao destino dos “pequenos” escravos, Cristiane Jacinto (2008) sustenta que os senhores de escravos não costumavam se desfazer dos recém-nascidos das escravas, enquanto utilizavam as mesmas como ama de leite já que tais crias poderiam trazer futuros lucros. Sendo assim, Jacinto aponta possibilidades que poderiam indicar o destino dos recém-nascidos:

Supondo que o trabalho de ama de leite implicava um afastamento temporário, essas mães possivelmente se valiam de estratégias, como buscar o auxílio de amigos e parentes e também de liberações esporádicas para garantir a amamentação e alimentação de seus filhos, concomitantemente aos ganhos que geravam para seus proprietários (JACINTO, 2008: 127).

Na citação acima, Cristiane Jacinto sugere uma rede de proteção em volta dos filhos das cativas de forma a tentar garantir uma sobrevivência maior aos mesmos. Essa teia solidária era composta por mães, avós, tios, irmãos e com pessoas sem laços sanguíneos que às vezes acabavam por ocupar lugar dos pais efetivos, a exemplo dos padrinhos. De modo geral, as condições pouco favoráveis dispensadas às escravas provocavam aborto espontâneo e uma taxa de mortalidade elevada.

Segundo Maria Lucia Mott (1991) as crias quando não tinha uma escrava velha que cuidasse deles nas fazendas eram amarradas as costas das mães enquanto elas continuavam realizando as tarefas de carpindo e semeadura da terra, ou ficavam em pequenas choças ou mesmo no relento em locais próximos da área do cultivo.

Na cidade a realidade não era diferente, como podemos perceber através do olhar europeu das icnografias, que retratam mulheres escravas ou livres com os filhos amarrados as costas e os tabuleiros na cabeça enquanto as mesmas vendiam seus variados gêneros alimentícios. No contexto urbano o aparato de solidariedade também existia, mas o problema

da prostituição e o comércio das amas de leite geravam o aumento de crianças escravas deixadas na roda dos expostos⁵.

Analisando o jornal O Publicador Maranhense, de março de 1846 a dezembro de 1847, verificamos que eram frequentes os anúncios da venda, compra e aluguel de escravas para desempenhar a atividade como amas de leite. No caso de aluguel se verificou que as amas de leite eram preferidas sem crias. Assim, no dia 11 de março de 1846 temos o anúncio de aluguel de uma ama de leite moça e sadia parida de 13 dias, cuja cria morreu, com muito bom leite.

A compra de amas de leite também se dava por razões comerciais, pois os novos donos almejavam lucrar com leite das escravas, alugando-as depois, e não somente para atender uma necessidade doméstica de alimentar seu próprio filho, seja porque a senhora não podia ou não queria alimentar a criança. Os anúncios geralmente vinham assim: “compra-se uma ama de leite com cria quem tiver, e quiser vender, anuncie, ou declare na tipografia do Snr. Ignácio José Ferreira”.

Por outro lado, quando havia a venda de amas de leite se preferia que as mesmas tivessem amamentando ou já estivessem grávidas. No anúncio do dia 15 de junho de 1847, temos a venda de uma mulata com dois filhos de 3 e 7 anos e que se encontrava grávida novamente. O anúncio ainda destaca também que a escrava cozinhava, engomava e fazia doces.

Diante do observado nos anúncios do Jornal “O Publicador Maranhense”, as amas de leite eram comercializadas sem levar em conta sua dor materna quando eram separadas dos seus filhos. Nesse sentido, Jacob Gorender (1992: 487) comenta que “poderiam lembrar que a crueldade do senhor que obrigava a escrava abandonar o próprio filho na roda dos expostos a fim de aproveitá-la como ama de leite”.

Estas escravas amas de leite eram representadas nos anúncios como sendo de diferentes nações e idades variadas. Devido à separação de seus filhos e demais familiares, provavelmente poderiam cometer práticas extremas de resistência, tais como suicídios, abortos e infanticídios. A separação dos filhos provocava a revolta materna das escravas que

⁵ Era o destino de crianças abandonadas pelos pais, no geral funcionavam em instituições religiosas.

poderiam se vingar “ingerindo alimentos prejudiciais ao leite ou colocando pimenta no bico do seio, causando malefícios à saúde da criança” (MOTT, 1991: 30).

Segundo Jacinto (2008: 124) o discurso burguês sobre a maternidade do século XIX já incentivava a amamentação por parte das mães que não tivessem problemas para amamentar, de modo a preencher o tempo livre com uma tarefa útil e absorvente, livrando-as dos perigos do ócio e dos passatempos nefastos à moral e aos bons costumes. Outra justificativa para a amamentação por parte da mãe era para evitar a contaminação da criança pelo leite da escrava, tanto em seu aspecto físico como moral. Contudo, apesar destes discursos chegarem ao Brasil, até a segunda metade do século XIX no Maranhão os anúncios solicitando amas de leite eram corriqueiros.

Para além da questão de exploração da ama de leite, temos que ressaltar o fato do sentimento que se desenvolvia entre a ama de leite e a criança. Gilberto Freyre menciona a posição da mulher escrava representada pela “mãe preta” que era prestigiada por seus senhores e que as mesmas desenvolveram um carinho maternal pelos filhos dos seus donos, que amamentaram e ajudaram a criar.

No seu livro de memórias *O Cativo*, Dunshee de Abranches apresenta o cotidiano dos escravos no Maranhão século XIX e recorda como sua mãe preta Emília era considerada pela família, retratando-a com traços físicos e trejeitos de uma dama “mulata clara, de dentes alvíssimos, colo cetinoso e alto, braços roliços terminando em pulsos finos e delicados, sempre cobertos por seis fios de rubros corais, entremeados de ouro, presente de minha mãe no dia do meu batizado” (ABRANCHES, 1992: 01). Todavia, Abranches destaca que mesmo com toda a estima sua ama Emília teve dificuldade em conseguir sua liberdade tão sonhada.

No estudo de Antonia de Castro Andrade (2005) sobre os registros batismais no Maranhão setecentista, discute a situação social da criança escrava batizada e seus pais, assim como dos padrinhos. Estes batizados evidenciavam uma rede de relações complexas tecidas por sujeitos de condição jurídica diferentes, onde as crianças escravas recebiam o sacramento do batismo de padrinhos e madrinhas escravos, índios, forros e livres.

A sociedade setecentista era extremamente religiosa e no século XIX permanecia essa característica, e fazer parte desse ato religioso do batismo além de significar respeitabilidade reafirmava a condição de bom cristão. O batismo cristão segundo Andrade (2005: 42) promovia o ingresso na sociedade dessa época tão preocupada com salvação da alma, demonstrando o poder da Igreja Católica, no entanto, esse sacramento não mudava a situação “legal” dos escravos.

Para Igreja Católica a libertação dos cativos só deveria acontecer apenas no plano espiritual. O rito do batismo foi imposto à população cativa sem ser verdadeiramente aceito por todos, pois suas crenças pagãs não foram deixadas de lado. O escravo ao ser batizado escravo/católico não deixava de fortalecer seus laços de solidariedades com seus grupos sociais identitários. O levantamento desses registros de batismos feito pela autora indicou um maior número pessoas livres e algumas de situação financeira elevada sendo escolhidos para serem os padrinhos das crianças escravas, contudo, essa escolha de padrinhos livres e com posses na era por acaso. Nos setores pobres as unidades familiares eram dirigidas por mulheres, por isso a escolha dos padrinhos tinha relevância, uma vez que estas mulheres acalentavam a esperança de ver os filhos protegidos por pessoas que tinha alguma representatividade na sociedade.

CONCLUSÃO

No geral, o discurso de maternidade escrava se contrapunha ao modelo burguês de família nuclear e patriarcal, já que as famílias escravas muitas vezes podiam se resumir apenas na mãe escrava e sua prole. A exploração da atividade como amas de leite causava a separação das cativas deixando suas crias sem destino certo. A mulher escrava contava com auxílio de parente e compadrios para assegurar a sobrevivência dos filhos maltratados pelas péssimas condições que o sistema escravista oferecia.

Portanto, nesta breve análise sobre a maternidade escrava se percebe que a mulher escrava advém de uma realidade diferenciada do discurso da maternidade burguês. Na sua luta contra escravidão o sofrimento materno das cativas se agravava, pois elas carregavam sobre as “costas”, de forma literal, a responsabilidade de proteger seus filhos do jugo da

escravidão. Todavia, mesmo com toda dificuldade, as mulheres escravas não costumavam desistir da prole, pelo o contrário, mobilizavam todos os recursos que tivessem para manter os filhos ao seu lado.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Dunshee de. **O Cativoiro**. 2 ed. São Luís: Alumar, 1992.
- ANDRADE, Antonia de Castro. **Eu te baptizo em nome do padre, do filho e espírito santo: comprado e escravidão na São Luís setecentista**. São Luís, 2005. Monografia (Especialista em História do Maranhão) - Curso de Especialização em História do Maranhão, Universidade Estadual do Maranhão, 2005.
- FREYRE, Gilberto, **Casa Grande & Senzala**. 46. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. **Laços & Enlaces: relações de intimidade de sujeitos escravizados**. São Luís: EDUFMA, 2008.
- MOTT, Maria Lucia de Barros. **Submissão e Resistência: a mulher escrava na luta contra escravidão**. 2 ed. São Paulo. Contexto, 1991.
- PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Na fronteira do cárcere e paraíso: um estudo sobre as práticas de resistências escrava no Maranhão oitocentista**. 2001. Trabalho de conclusão de Curso (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.
- REIS, Maria Firmino dos. **Úrsula**. 1 ed. Rio de Janeiro: Presença, 1988.